



Assembleia da República  
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada **370525**

Classificação

**650402**

Data **11/03/09**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

- REQUERIMENTO Número **354/XI ( 2.ª) AE**
- PERGUNTA Número **XI ( .ª)**

Expeça-se
Publique-se
<b>1013111</b>
O Secretário da Mesa <b>RCC</b>

**Assunto: Grupo de Trabalho para o Levantamento do Património Imaterial**

**Destinatário: Ministério das Finanças e Administração Pública** *Por determinação de S. S. X. P. A. R. a  
Em Conselho da Mesa*

*Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República*

**11.03.10**  
*[Signature]*

O jornal Público denuncia na edição de 6 de Março de 2011 que o grupo de trabalho para o levantamento dos bens culturais imateriais foi extinto após um ano de existência, sem que tenha sequer iniciado a sua actividade e tendo custado ao Estado mais de 200 mil euros. A investigação jornalística dá conta de uma série de acusações cruzadas sobre o que se passou, sendo a tutela aparentemente incapaz de explicar ou retirar consequências de uma situação tão ridícula quanto grave. Os Ministérios responsáveis – Ministério da Cultura e Ministério das Finanças – têm de aclarar como pode ter ocorrido um tal desperdício de dinheiros públicos e como se foi possível tratar-se com tamanha irresponsabilidade uma matéria tão relevante quanto o levantamento do património imaterial, e que é particularmente sensível numa altura em que os violentos cortes no financiamento público ao sector cultural põe em causa a sua sobrevivência.

Este grupo de trabalho foi formado por ex Directores Regionais de Cultura, não sendo desde logo claro porque seriam estes ex-titulares de cargos de nomeação política os nomes indicados para um grupo de trabalho com um objectivo técnico-científico claro: “a realização no campo do levantamento sistemático e tendencialmente exaustivo do património cultural imaterial português”. Saber como foram seleccionados estes responsáveis é um primeiro esclarecimento essencial.

A investigação jornalística dá também conta de relatórios que os elementos do grupo de trabalho terão produzido ao longo deste ano e que darão conta tanto do eventual trabalho produzido como das dificuldades sentidas. A divulgação pública destes relatórios é igualmente uma exigência de transparência democrática.

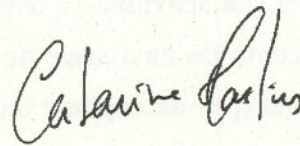
Finalmente, são referidas falhas diversas na relação entre este grupo de trabalho e o Instituto dos Museus e da Conservação. É portanto necessário esclarecer a relação entre o Grupo de Trabalho, o

IMC e a criação, em Dezembro de 2010, da Comissão para o Património Cultural Imaterial.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio requerer ao Governo, através do Ministério das Finanças e Administração Pública, os despachos de criação do Grupo de Trabalho para o Levantamento do Património Imaterial e da Comissão para o Património Cultural Imaterial, bem como outra documentação que explicita, nomeadamente, os critérios, forma de selecção e remuneração dos elementos do Grupo de Trabalho e da Comissão referidos, assim como as obrigações das diferentes instituições envolvidas, e os relatórios ou outros documentos produzidos pelos elementos do Grupo de Trabalho para o Levantamento do Património Imaterial.*

Palácio de São Bento, 7 de Março de 2011.

**A Deputada**



**Catarina Martins**